

NOTAS ECONÓMICAS

4

ROBERT BOYER LES CAPITALISMES VERS LE XXI^{ème} SIÈCLE (II)

J. ROMERO DE MAGALHÃES OS CONCELHOS NA ECONOMIA PORTUGUESA DE ANTIGO REGIME

J. A. SOARES DA FONSECA / FÁTIMA SOL O MODELO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DE TOBIN

LUÍS PERES LOPES MANUFACTURING PRODUCTIVITY IN PORTUGAL

MARIA ANTONINA LIMA NÉO-PROTECTIONNISME ET DÉSORGANISATION DES MARCHÉS

B. JAY COLEMAN / MARK A. McKNEW IDENTIFYING A DOMINANT MULTILEVEL LOT SIZING HEURISTIC FOR USE IN MRP RESEARCH

J. G. XAVIER DE BASTO UMA REFLEXÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

LINO FERNANDES GLOBALIZAÇÃO, MERCADO ÚNICO E ECONOMIAS DE PROXIMIDADE

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NÚMERO 4 / Novembro 94 / PÁGINA 1-300 / ISSN 0872-4723

Discussões Macroeconómicas na América

Paul Krugman, *Peddling Prosperity: Economic Sense and Nonsense in the Age of Diminished Expectations*, New York, London, W. W. Northon of Company, 1994, 303 p.

Paul Krugman publicou um novo livro. Menos profundo que o seu *The Age of Diminished Expectations* (1991), trata-se, no entanto, de um atractivo fresco sobre as discussões macroeconómicas contemporâneas na América. Desabridamente polémico, rigoroso e intelectualmente estimulante, vingativo, informado como poucos — este trabalho de Krugman tem múltiplas linhas de continuidade com a sua obra, mas é também um produto de uma conjuntura altamente favorável ao pensamento crítico da órbita keynesiana e, por isso, o autor chega a pôr o pé em cima do leão que acabou de matar (que, no caso, tanto podem ser os *supply-siders* como essa sub-espécie de economistas a que chama *policy entrepreneurs*).

De facto, este livro é uma moeda com as suas duas faces. Por um lado, é Krugman cúmplice de Keynes e do novo keynesianismo a refazer, a partir da conjuntura presente, a história dos últimos 20 anos da macroeconomia na América — de Friedman e do monetarismo e da crítica feroz à política fiscal dos governos, até aos *supply-siders* das páginas do *Wall Street Journal*, passando pelas expectativas racionais de R. Lucas. E, claro está, a fazer as contas dos resultados económicos do reagranismo.

Depois, é Krugman professor brilhante e consagrado, mas também figura com reconhecimento público, a pôr no lugar aqueles que lhe “usurpam” os corredores da influência política e mediática como nervo suficiente para explicarem em duas palavras *The Way World Works* (o título de um livro de um deles) e consagrarem assim uma nova profissão intelectual a que chama “*policy entrepreneurs*” (os que fazem a opinião pública económica com respostas “pronto-a-vestir” para popularizar as “verdades” da economia). É por isso que Paul Krugman declara que um dos temas do seu livro é mostrar que há duas espécies de economistas: os professores, os economistas

académicos, aqueles que são rigorosos e, mesmo quando divergem radicalmente entre si, fazem o trabalho como ele deve ser feito e, por isso, não se limitam à *up-and-down economics*; e aquela outra espécie acima referida.

Um parêntesis: quanto vale o facto de, em Portugal, ainda serem os economistas académicos, de reconhecida valia intelectual, que vemos nos meios de grande divulgação? É seguramente uma vantagem, embora se vislumbre que a segunda sub-espécie emerge. Um segundo parêntesis para anotar aqui que para as “más línguas” uma parte do tom do livro é devida ao ressentimento de Krugman por não ter sido um dos convidados de Little Rock, quando Clinton consagrou politicamente os economistas de uma nova era.

A quebra do consenso em macroeconomia: o monetarismo

No dizer de N. Gregory Mankiw a discussão macroeconómica conheceu um prolongado consenso no período do pós-guerra, sob a influência de Keynes. Pode dizer-se que se tratou de uma espécie de contrapartida intelectual do que se passava na economia real, com os anos virtuosos do crescimento económico sem inflação e sem taxas de desemprego elevadas.

Mas se o consenso existiu, e o famoso modelo IS-LM e os seus prolongamentos ocuparam a agenda da investigação macroeconómica durante tanto tempo, os anos setenta marcaram o seu fim, e a história recente do pensamento económico neste domínio ficou cheia de clivagens profundas e de uma espécie de vai-e-vem de posições teóricas que, embora com um certo desfasamento temporal, tem correspondência muito directa no plano político.

Foi, sem dúvida, M. Friedman que marcou o início desta sucessão de debates. A crítica de Krugman a Friedman e ao monetarismo é tão forte quanto o seu reconhecimento de que ele parte da identificação de uma relação empírica como que constituiu “uma das decisivas aquisições intelectuais do pós-guerra” (p. 42). Tratava-se da crítica da curva de Phillips, largamente justificada pela *stagflation* dos anos 70 — o que deu ao monetarismo uma forte respeitabilidade crítica (p. 45). Friedman mostrou que não era possível usar a





expansão monetária para atingir um objectivo arbitrário de “pleno emprego” e que a única coisa possível era ficar na proximidade de uma “taxa natural” de desemprego. E vai mais além, ao radicalizar esta conclusão para uma outra: a de que todas as políticas económicas são negativas e devem ser evitadas em nome de um liberalismo generalizado.

É esta, pois, a posição intelectual essencial de Friedman (o monetarismo), que atacou Keynes no coração da sua posição ao rejeitar uma política monetária activa, ao propor que a oferta da moeda constante fosse a única função da autoridade monetária, visto que quaisquer outras acções poderiam ser, na prática, mais prejudiciais do que benéficas.

A história da discussão macroeconómica refeita neste livro pode ser contada do seguinte modo. Tudo começou quando se quebrou o longo consenso que N. G. Mankiw refere e identifica num artigo muito recomendável no *Journal of Economic Literature*¹: durante os trinta anos que se seguiram à *Teoria Geral* de Keynes (1936) e à interpretação que John Hicks fez dela um ano mais tarde, o famoso modelo IS-LM e os seus prolongamentos preencheram a agenda da investigação em macroeconomia, até que M. Friedman (e também Phelps) a questionou, seguro de que as críticas à curva de Phillips eram legitimadoras de uma alternativa radical à política monetária activa que a gestão da procura implicava.

Aquele consenso foi uma espécie de contrapartida intelectual do que se passou na economia real, com os anos do crescimento económico virtuoso, sem inflação nem desemprego elevados, que se seguiram à II Guerra, até ao início dos anos 70.

É claro que a perturbação causada por Keynes na economia ortodoxa sempre existiu e vinha desde a publicação da *Teoria Geral* — às visões conservadoras não satisfazia que a discordância do autor com os pressupostos da economia clássica fosse apenas de curto prazo, porque, de facto, estava em causa uma dissensão filosófica essencial. A teoria keynesiana da recessão e da recuperação da

economia não era um pormenor — no dizer de Krugman (p. 32) ela é “uma das maiores realizações do pensamento económico”.

A ferida aberta por M. Friedman e por E. Phelps foi forte porque ela estava escudada numa prova empírica legítima: o *trade off* entre desemprego e inflação não existia de facto.

Não se tratou, contudo, de negar (falsificar, em sentido popperiano) uma relação — tratou-se de assumir a conclusão de que foram as políticas monetaristas activas que levaram à ruptura do *trade off*. A alternativa monetarista partia, assim, para a rejeição dessas políticas e para a proposta de oferta de moeda constante. Isto é, os governos deviam retirar-se para a condição de simples gestores de regras monetárias simples e até mesmo mecânicas (oferta de moeda constante, com crescimento fraco a uma taxa consistente com preços estáveis e crescimento económico de longo prazo — 3 a 4% ao ano nos EUA). Caso contrário, as políticas monetárias confundem os agentes e acentuam os desequilíbrios levando a recessões (e, à custa disto, M. Friedman faz uma coisa bastante difícil para um conservador: explica porque é que afinal, apesar da eficiência dos mercados, as recessões existem).

De novo no outro lado da discussão, Friedman apoia a sua negação do *trade off* inflação/desemprego numa ideia que, não sendo nova, assumia agora uma importância política decisiva — a ideia de neutralidade da moeda (a duplicação da quantidade de moeda em circulação não leva a nenhuma redução do desemprego porque a duplicação dos preços e dos salários faz que, na economia real, nada se altere). É que as empresas e os trabalhadores já não subestimam as taxas de inflação futuras e, por isso, antecipam-nas, ao contrário do que aconteceu num momento histórico preciso, em que a curva de Phillips representou, de facto, uma relação empírica. Assim sendo, resta esperar que seja possível manter a economia próxima de uma taxa natural de desemprego.

As expectativas racionais

A história desta discussão leva-nos ao limiar de uma outra: a dos argumentos das expectativas racionais de R. Lucas e R. Barro.

¹ *Journal of Economic Literature*, 1990, vol. XXVIII, 1645-1660.

Com efeito, estamos perante um prolongamento de Friedman que completa o processo conservador contra Keynes. O que estava em causa era quebrar a distinção curto prazo/longo prazo que este tinha introduzido para discutir o equilíbrio e a capacidade de auto-correcção dos mercados. Nesta formulação, o longo prazo em que Keynes admitia o equilíbrio não era, afinal, muito longe. De facto, “o problema das expectativas racionais é explicar porque é que, durante uma depressão, preços e salários não caem imediatamente o suficiente para restaurar o pleno emprego” (p. 201). A sua hipótese é que se os agentes estão confundidos acerca do preço apropriado dos seus produtos é porque a situação é efectivamente confusa: não vislumbram que estão perante uma situação geral de depressão e não perante um caso particular e provisório que os afecta apenas a eles (p. 49). Quando dispõem de informação têm tanta como a autoridade monetária e usam-na tão bem como ela. Daí que nenhuma política monetária previsível possa ser efectiva — e assim o argumento de Lucas torna-se muito mais devastador que o de Friedman. Condenando todas as políticas activas e supondo disponibilidade e bom uso da informação, esta teoria condenou-se a si própria, pois na época da máxima informação (em que não é suposto que os agentes confundam o geral com o que lhes é particular) e instabilidade foi persistente e longa (p. 201).

Apesar da ausência de prova empírica, P. Krugman interroga-se: porque é que, mesmo sendo um professor reservado e calmo, R. Lucas foi um “ayatola” de muita gente? São apontadas duas razões para isso: a primeira é que depois de já ter feito o curto-circuito do longo prazo e do longo prazo, Lucas vem também religar a micro e a macroeconomia, refazendo, de novo, o que Keynes tinha desfeito (os ciclos económicos explicam-se por decisões individuais tomadas da melhor maneira perante a informação limitada disponível — entramos no que E. Phelps, de novo ele, já tinha pronunciado em 1970 como os fundamentos microeconómicos da macroeconomia). A segunda razão convinha bem ao ambiente intelectual da época e relaciona-se com uma das cruzadas de Krugman, visível noutros trabalhos seus — é

que Lucas é difícil, matematicamente denso, e essa *technicality* parecia convir à economia académica.

Pelos anos 80 já se notavam fendas no edifício macroeconómico conservador (p. 53). Mas subsistiam ainda duas vantagens a seu favor — o ambiente político era-lhe propício e o keynesianismo estava ainda na penumbra para onde tinha sido empurrado violentamente.

É aí que vale a pena olhar a economia real sob Reagan, coisa que P. Krugman faz na Parte II do livro, mas em que não me vou deter, para poder continuar na maneira como conta a história das ideias.

Os supply-siders

E a continuação da discussão intelectual levamos directamente aos *supply-siders* — aqueles que P. Krugman arrasa, porque já não são sequer do meio académico. Salvo algumas ligações nem sempre consistentes a R. Mundel (a quem P. Krugman reconhece os méritos mas de quem traça a caricatura de extravagante, p. 87-88) e a A. Laffer, nada mais, segundo ele, lhes dá respeitabilidade académica. Eles são, também, *outsiders*, são gente da “*money culture*”, que se autodesignam como intérpretes esclarecidos da complexidade do mundo durante jantares num restaurante famoso da zona de Wall Street. São, segundo ele, *cranks* tutelados pelo editorialista do próprio *The Wall Street Journal*, Robert Bartley. Jornalistas, portanto, e suficiente maníacos.

Não há, pois, economistas *supply-siders* nas universidades (p. 85), pese embora o facto de qualquer bom economista se preocupar sempre com o lado da oferta (p. 89). E se a proposta principal dos doutrinários é (apenas) que a economia americana beneficiaria de um decréscimo dos impostos (p. 94), também muitos economistas *mainstream* pensam que isso é benéfico — mas tal não é suficiente para fazer deles *supply-siders* (p. 89). O que lhes dá identidade é o fundamentalismo acerca da política fiscal — uma forte insistência no que foram buscar à escola conservadora das finanças públicas (e que somaram ao que foram buscar às expectativas racionais de Lucas).





Quando é que Keynes renasce?

1992 parece ser o ano mágico do renascimento do autor da *Teoria Geral* (o capítulo 8 de P. Krugman tem por título irónico "No Longo Prazo Keynes Ainda Está Vivo") — nomes importantes são Mankiw e D. Romer que publicam em 1992 na MIT Press uma colectânea de dois volumes chamada *New Keynesian Economics*, ao mesmo tempo que o primeiro destes autores publicava o *textbook bestseller* do momento, capaz de humilhar o de R. Barro, um fracasso baseado nas expectativas racionais.

Nesta altura já "a Reserva Federal tinha respondido ao *crash* bolsista de 1987 com uma expansão monetária agressiva que horrorizou os monetaristas mas que a deixou satisfeita com os resultados" (p. 198). Entretanto, Clinton ficava Presidente.

P. Krugman vem lembrar, de passagem, que este renascimento e a implosão da macroeconomia conservadora se fez sem eco na opinião pública — porque a imprensa a desconhece e ainda continua a dar ecos aos supostos desafios à ortodoxia keynesiana pelos agentes da anterior revolução conservadora (p. 198).

Para que é que Keynes renasce?

A ideia do novo keynesianismo é simples: "Aquilo que, no mercado, parece ser um resultado altamente irracional é o resultado da interacção de mercados imperfeitamente concorrenciais e de indivíduos que são um pouco menos do que perfeitamente racionais" (p. 213).

A imperfeição da concorrência não é assunto novo, a questão da quase-racionalidade é assunto que, por exemplo, Herbert Simon já vinha tratando havia tempo e que George Akerlof desenvolveu. Para ambos estes autores "o que é racional é frequentemente menos do que totalmente racional" (p. 206) e isso acontece, nomeadamente, porque as pessoas quase-racionais não tentam usar cada pedaço de informação disponível (isso redundaria num comportamento altamente irracional para cada empresa e para cada família que deve tomar decisões, dado o volume de informação existente).

E aqui reentra a questão da existência de políticas monetárias activas. Se, perante o

comportamento não-necessariamente-racional das empresas — que não ajustam preços e salários de acordo com o que aconteceria num suposto mercado de concorrência perfeita — ocorre uma recessão, já não há que pressupor, como o fariam M. Friedman ou R. Lucas, que o aumento da oferta de moeda em circulação só iria confundir as pessoas — porque, de facto, na sua quase-racionalidade, elas reconhecem a situação. A despesa, o rendimento e o emprego poderiam, então, aumentar perante a intervenção pública com fins correctivos (p. 215).

E assim se passa porque, segundo P. Krugman, o keynesianismo está basicamente certo quando supõe que "uma recessão representa uma falha de coordenação na qual os esforços públicos para manter liquidez desempenham um papel central". Tal como o está o seu pressuposto de que, perante tal situação, "os preços e os salários não caem rapidamente o suficiente para restaurar o pleno emprego" (p. 216). Daí que a política dos governos possa curar o problema, nomeadamente através do aumento da oferta de moeda.

Da macroeconomia à "economic geography" ...

Pode ligar-se Keynes, a política monetária e a "economic geography" que tem apaixonado P. Krugman? Pode, e este é um passo muito interessante do livro, sobretudo para quem o esteja a ler, não por ser estritamente um macroeconomista, mas antes por simples interesse acerca das discussões macroeconómicas contemporâneas — e que ao mesmo tempo trabalhe em questões de localização e de sistemas produtivos locais, como é o meu caso.

Para esta sub-espécie de leitores o capítulo 9 é um bônus apreciável. E ele começa como deve começar. "Traduzindo", a questão inicial é esta: quanto vale, em economia, a contingência, a história, o acaso, as iniciativas não-orgânicas? E o que é que é determinado mecanicamente segundo princípios pré-determinados e "transparentes"²?

A resposta passa pelo seguinte: já se viu acima que, se os mercados são imperfeitamente competitivos e os agentes

2 Discuti estas questões em "Os lugares e os contextos: tempo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1990, 30, 45-73.

apenas quase-rationais, isso conduz a que os resultados da decisão colectiva não sejam necessariamente os que se poderiam supor no mundo irreal dos pressupostos da racionalidade. É por isso que o keynesianismo surgiu (relembre-se a atitude generosa de Keynes quando admitiu que a economia neoclássica era boa apenas para as excepções — certamente as que não cabem ao mundo dos homens...); e é por isso também que Keynes renasceu, recomendando que de algum modo se remedeie a ausência de uma divindade...

Ora, o passo entre o universo da discussão macroeconómica e o dos pequenos espaços da economia que os actores económicos vão desenhando dá-se quando P. Krugman introduz Paul David e Brian Arthur e a sua pergunta ingénua: porque é que os teclados dos modernos computadores são como os das mais antigas máquinas de escrever e são QWERTY ...? A resposta é: são-no porque assim começou por ser. Ou seja: na economia o acidente histórico existe e cria *path dependence* — e, além do mais, diria eu, existe a contingência e a iniciativa humana. E, logo a seguir a isso, vem a reprodução alargada assim originada, dando lugar activo ao que começa por parecer óbvio. Só que o óbvio está, geralmente, contido em sistemas complexos dos quais é necessário discernir princípios fundamentais. É esta vocação de tratar com o óbvio para lidar com a acção humana, reconstruir a complexidade e identificar princípios de comportamento que P. Krugman atribui ao que chama "*economic geography*" — e nesse contexto faz o elogio de A. Marshall, como o têm feito os que tratam de questões de espacialidade no funcionamento económico.

A este elogio não é alheio o tom cerrado com que P. Krugman fustiga os seus colegas que se limitam ao formalismo: os economistas que preferem ignorar a pergunta de Paul David e a dimensão QWERTYSTA do mundo para, em colecções de modelos, o simplificarem num outro mundo "em que os rendimentos crescentes não são importantes, as economias externas estão ausentes e a economia de mercado se forma (sobriamente) determinada pelos respectivos recursos e não por vagabundices da história" (p. 228).

...e aos "*strategic traders*"

Embora se trate de um final bem construído, a última parte do livro é a mais decepcionante. Ela representa um manifesto excessivamente rancoroso contra os círculos económicos de Clinton, os chamados *strategic traders*, designação com que Krugman marca o próprio Presidente.

Digo que há uma boa construção porque a autor quer evidenciar que a política liberal tem neste tipo de economistas o substituto funcional dos *supply-siders* no seu papel legitimador das orientações da Administração. Eles são, portanto, vulgarizadores ignorantes, a quem os académicos devem pôr no lugar. E Krugman dispôs-se a isso. Só que o problema é que este desempenho é muito pouco convincente: pela simples razão de que ele próprio pode ser identificado por alguém como um deles. E então a questão resume-se ao facto de Krugman não estar nos círculos da Casa Branca. Coisa que não teria de o desmerecer...

Como se sabe, este movimento intelectual tem em Lester Thurow (do MIT) e em Robert Reich (de Harvard) os iniciadores, logo no começo dos anos oitenta, quando a chegada de Reagan ao poder já tinha consagrado o movimento anterior, de sinal oposto. O discurso passa a ser o de uma política industrial activa e agressiva, capaz de subsidiar e proteger produções de elevado valor acrescentado e altas tecnologias, preparando assim uma posição competitiva da América em que este país se assumisse como uma empresa na concorrência mundial.

A ideia-chave do pensamento dos *strategic traders* é, pois, que "para um país prosperar ele deve estabelecer um papel de liderança nos sectores certos" (p. 251), definidos como indústrias *sunrise* ou de alto valor. É assim, também, que surge a moda da visão estratégica, isto é, a aplicação ao conjunto da economia do conceito de estratégia de negócio. É uma questão que também se conhece no debate sobre a especialização portuguesa.

Mas qual é, para Krugman, o problema com os *strategic traders*? Depois de sumariar em seis pontos o que considera os seus conceitos errados (pp. 256-266), ele concentra-se no





que constitui a pedra de toque da sua análise (a questão da produtividade), e conclui que são dois os riscos a que a "fixação" na competitividade leva aquele pensamento. O primeiro é o risco de uma guerra comercial derivada das tentações proteccionistas. O segundo é que o excesso de importância dada ao plano internacional subestima as questões internas da economia americana e, aí, os seus verdadeiros problemas.

Terão as recentes eleições americanas alguma coisa a ver com isto? O pêndulo continua em movimento?

José Reis

Philippe Delmas (1993)

O Senhor do tempo — A modernidade da acção do Estado, Porto, Edições Asa, Coleção "Em economia aberta", 1, 384 p., (tradução de Teresa Lello e Cristiano Lello). Edição original: *Le maître des horloges*, Editions Odile Jacob, 1991

A editora Asa deu início à publicação de uma nova colecção dedicada às questões económicas. Sob a designação genérica de "Em economia aberta", serão colocadas à disposição do público português traduções de obras de debate e investigação no campo da ciência económica. A abertura desta colecção coube a Philippe Delmas, através do seu *O Senhor do tempo — Le maître des horloges* no original.

O economista francês toma como ponto de partida da sua obra o pressuposto de que a história recente das sociedades desenvolvidas, nomeadamente a dos países anglo-saxónicos, mostrou à sociedade os limites da (não)política do anti-intervencionismo universal ou, nas palavras do autor, dos "mitos do Estado mínimo".

A denúncia do "auto-afundamento" da lógica liberal feita nesta obra retorna em larga medida a argumentos já propostos por Schumpeter. É de novo aduzido o argumento da irreversibilidade do processo de concentração empresarial. Na versão de Delmas, esta concentração é resultado directo quer da "concorrência pelo investimento", processo pelo qual as grandes empresas aceitam baixas taxas de retorno de maciços investimentos, sufocando os concorrentes de menor dimensão, quer pelas insuficiências em matéria de rigor dos pequenos fornecedores das grandes multinacionais, criando as condições para uma sucessão de integrações verticais a montante. Conclusão: o mecanismo do mercado, deixado à sua própria sorte, cai precisamente no tipo de situações que supostamente deveria evitar. Adicionalmente, são referidos os efeitos nocivos da "preferência pelo presente" e da privatização dos riscos sociais. A partir daí, Philippe Delmas procura desenhar os contornos da "diferença entre uma intervenção pública, por muito forte que seja, e a estatização" (Delmas,